



JV
Boinsé
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA DOZE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

--- Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na sala D Ximenes Belo, na Biblioteca Municipal de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos; -----
2. Proposta da redução da taxa de Imposto Municipal de imóveis para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto; -----
3. Imposto Municipal sobre Imóveis – Proposta de fixação de majorante do ano de dois mil e vinte e três, para prédios urbanos em estado devoluto ou em ruínas; -----
4. Projeto de Regulamento Municipal da Casa de Velório; -----
5. Projeto de 2ª alteração ao Regulamento de Apoio na comparticipação municipal de medicamentos e aparelhos de saúde; -----
6. Procedimento concursal para provimento do lugar do cargo de direção Intermédia de 2º grau; -----
7. Aprovação das tabelas de taxas e licenças e tabela de tarifas do Município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e quatro; -----
8. Proposta do mapa de pessoal do município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e quatro; -----
9. Proposta para adesão à Associação dos Municípios Portugueses do Vinho; -----
10. Proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho; -----



JP
Bairns

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

11. Orçamento e Grandes opções do plano e atividades mais relevantes do município de Vila do Porto para o ano financeiro de dois mil e vinte e quatro; -----

12. Plano de pormenor da zona balnear da Praia Formosa – Primeira Correção Material; -----

13. Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a informação semestral. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu inicio à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues (PPD/PSD); José de Andrade Melo (PS), Florbela Pinto Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição da deputada Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada); Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), Ricardo Filipe Santos Melo (PS), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (PPD/PSD), Cristina Elisabete Batista Bairos Gonçalves (PS), António Manuel Soares de Sousa (em substituição da deputada Helena Maria Correia Teixeira Ferreira (PPD/PSD) que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Nuno Alexandre Ricardo Rodrigues (em substituição do deputado Filipe dos Santos Sousa Teves (PS), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Armando de Melo Soares (PPD/PSD), José Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves (PS), João Filipe Lourenço da Silva (PPD/PSD), Carmélia Moura Sousa Melo (PPD/PSD), Flávio José Freitas Resendes (PS), Carla Maria Gonçalves Pires (em substituição do deputado Eduardo Manuel Pereira Cambraia (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), António Isidro Braga Sousa (PS), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o presidente da mesa declarou aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e três, publicitada por edital de trinta de novembro do corrente ano, deu as boas vindas à deputada municipal Carla Maria Gonçalves Pires, por ser a primeira vez que participa numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

sessão da assembleia municipal enquanto deputada municipal e desejou a todos votos de um bom trabalho na sessão que se inicia.-----

--- De seguida entrou-se no período de intervenção do público, mas como não se verificaram inscrições passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições, a ata foi sujeita à aprovação, sendo a mesma aprovada por maioria, com quinze votos a favor e cinco abstenções. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, informando que não tinha recebido correspondência desde a última sessão da assembleia, com exceção dos ofícios da presidente da autarquia de Vila do Porto, a enviar toda a documentação de suporte aos assuntos da ordem do dia da sessão e a receção dos mails dos/as deputados/as a comunicar a sua ausência. Relembrou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Daniela Braga, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia informou que a mesa tinha recebido uma proposta de recomendação subscrita pelo grupo municipal do Partido Socialista, que junto se anexa a esta ata, relativa a aquisição do moinho de água (azinha) do senhor Manuel Morais, no lugar do Moinho da Rocha, e oficialização municipal do roteiro dos cereais, proposta essa que foi apresentada pela deputada municipal Rosa Melo, após a qual foi aberto um período para esclarecimentos, no qual se inscreveram a deputada Carmélia Melo e o deputado José de Melo. -----

--- Ao tomar a palavra, a deputada Carmélia Melo solicitou esclarecimentos sobre a redação do último parágrafo pois aí sugeria a aquisição do referido imóvel em parceria com a Junta de Freguesia de Almagreira e, no seu entendimento, tal não deveria constar no texto da recomendação pois a mesma junta não tem disponibilidade de verbas para o efeito. Ao que

J. K.
Barros
[Signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

o deputado José de Melo clarificou que a parceria era entendida como sendo um trabalho colaborativo na tentativa de desbloquear, junto aos herdeiros, a referida aquisição. -----

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues este corroborou as palavras da deputada Carmélia Melo e sugeriu a alteração da redação do último parágrafo no sentido de ficar claro que a recomendação é que a autarquia adquira o referido imóvel. -----

--- Sendo assim foi alterada a redação do último parágrafo constando apenas a recomendação à câmara municipal a proposta de diligenciar a aquisição da azenha do senhor Morais (moinho da rocha), no sentido da sua recuperação e oficialização municipal da rota dos cereais que incorpora outros elementos patrimoniais associados à temática. Após a alteração supramencionada foi a proposta sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Passou-se ao ponto de tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico onde se inscreveram os/as deputados/as Jorge Costa, Armando Soares, José de Melo, António Sousa Florbela Cunha e João Silva. -----

--- Foi dada a palavra ao deputado municipal Jorge Costa que reportou novamente a situação de que não recebeu, por mail, a documentação de suporte aos trabalhos da assembleia municipal, enviada pela autarquia, ao que o presidente da mesa aludiu que já tinha dado conhecimento aos serviços administrativos municipais dessa situação, para estes procederem à respetiva resolução. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado José de Melo enalteceu o esforço da autarquia no programa de atividades de Natal, nomeadamente a diversificação da animação prevista para a época, o "Mercadinho de Natal" e a envolvência das escolas nas atividades de Natal e solicitou informação sobre o valor das despesas inerentes. Exaltou o facto de, mais uma vez, o nosso município ter sido considerado "Município amigo do desporto", ressaltando a realização do evento relacionado sobre o tema e da realização de eventos similares na ilha, pois não obstante as temáticas debatidas, é sempre muito importante para a economia local e para a promoção da nossa ilha. Por fim questionou a autarquia sobre o ponto de situação o Plano de Ação Climática, informou que a comissão de bem-estar e ambiente já está a trabalhar em colaboração com a autarquia e enalteceu o apoio do material escolar de

JFM
Bainco

R



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

forma duplicação, pois há material que é entregue às escolas e outro que é entregue diretamente às famílias, no respeito do que está previsto no novo regulamento. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta começou por agradecer as palavras elogiosas proferidas pelo deputado municipal José de Melo e informou que os custos com as atividades de Natal rondavam cerca de sessenta e cinco mil euros, que este ano verificou-se um incremento de pedidos de material escolar ao abrigo do que está regulamentado e que no âmbito do Plano de Ação Climática já se realizou uma sessão pública, bastante participada e uma reunião interna com os funcionários e técnicos da autarquia. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado Carlos Rodrigues alertou que só teve conhecimento da informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos, no final da tarde do dia anterior à sessão, pelo que, considerada que tal não possibilita uma cabal análise dessa informação que permita aos deputados municipais uma intervenção clara e assertiva no primeiro ponto da ordem de trabalhos, e fez uma recomendação à mesa relativamente à gestão dos tempos de intervenção dos deputados municipais. -----

--- Dada a palavra ao deputado Armando Soares este questionou que esforços foram feitos para a construção de um cemitério para animais na ilha de Santa Maria e quais os passos realizados relativamente à proposta apresentada e votada por unanimidade sobre a construção de um monumento alusivo aos cozinheiros dos impérios e respetiva homenagem, ao que a presidente da autarquia esclareceu que câmara está diligenciar esforços para a construção de um cemitério para animais, tendo sido feita uma pesquisa sobre projetos similares a nível nacional e regulamentos de cemitérios de animais e que a autarquia pretende desenvolver um projeto mais alargado sobre a temática dos impérios. ---

--- Dada novamente a palavra ao deputado municipal Armando Soares este realçou que o que foi aprovado pela Assembleia Municipal foi uma homenagem aos cozinheiros, e questionou se já existe uma previsão do projeto para a construção do cemitério para animais e se já escolherem o terreno, pois tal exige uma análise aos terrenos relacionada com os lençóis freáticos, ao que a presidente da autarquia respondeu que a homenagem aos cozinheiros está incluída no trabalho mais alargado relativo ao Espírito Santo em Santa Maria, pois está temática tem que ser valorizada num todo, que estão a efetuar todas as

J.R. Soares
[Signature]



Handwritten signature: J.A. Barros

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

diligências no sentido da construção do cemitério dos animais, cujo projeto está em fase de elaboração para ser construído no terreno adjacente ao CAMAC e o regulamento já está a ser elaborado. -----

--- Ao tomar a palavra, o deputado António Sousa questionou a autarquia sobre a atribuição dos espaços devolutos existentes no mercado municipal pois tem conhecimento que existem vários pretendentes a esses espaços, ao que a presidente da autarquia respondeu que estão a ultimar o caderno de encargos para o efeito e que em breve a situação será resolvida. -----

--- Passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa, José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 5ª sessão ordinária de 30/11/2022, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveu o deputado José de Melo para questionar como tem sido a adesão dos utentes na utilização da piscina após a sua reabertura, ao que a presidente da autarquia respondeu que está a verificar-se uma boa adesão, com a reativação de projetos direcionados para os mais jovens e aos idosos. -----

--- No segundo ponto da ordem de trabalho, proposta da redução da taxa de Imposto Municipal de Imóveis para agregados familiares residentes no concelho de Vila do Porto, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que a redução proposta já tinha sido aprovada pela Assembleia Municipal, mas que logo a seguir foi editada nova legislação que impõe outros limites de redução, pelo que tornou-se imperiosos alterar a proposta anterior para os valores que estão previstos na legislação vigente. -----



Handwritten signature: Soares

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveu o deputado Armando Soares para questionar se a autarquia, ao abrigo na lei vigente, consultou as juntas de freguesia antes da apresentação da proposta, ao que foi respondido que tal não foi feito pois decorre da alteração da lei. -----

--- Como surgiram dúvidas sobre a obrigatoriedade dessa consulta e se tal teria implicações futuras, o presidente da mesa da assembleia, e considerando que as juntas de freguesia estão representadas no órgão, solicitou aos presidentes das juntas para se pronunciarem sobre o assunto e se concordam com a aplicação redução ou não e, recomendou à autarquia para futuramente efetuar a consulta prévia às juntas de freguesia, ao que a presidente da autarquia disse que iria pedir um parecer jurídico sobre a obrigatoriedade dessa consulta, pois tal nunca tinha sido feito até então. Tendo em conta que todos/as presidentes de junta concordaram com proposta de redução apresentada, e não havendo mais inscrições, foi a mesma sujeita à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

--- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, imposto municipal sobre imóveis, proposta de fixação de majorante do ano de dois mil e vinte e três, para prédios urbanos em estado devoluto ou em ruínas, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que foi aprovado por unanimidade, em reunião de câmara, aumentar a referida taxa para o triplo. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues e Armando Soares. Dada a palavra ao deputado municipal Carlos Rodrigues este questionou se a autarquia já dispõe de alguma informação sobre os proprietários dos prédios devolutos que existem na ilha, se as pessoas, após serem notificadas pelas finanças, regularizam as suas situações, e se as finanças avançam para a penhora do prédio nas situações em que as pessoas não se justificam perante a autarquia, ao que a presidente da autarquia referiu que o processo decorre segundo os trâmites normais, análogo aos anos transatos, onde é feito o levantamento dos prédios, o edital é publicitado e dado conhecimento do mesmo às juntas de freguesia e, alguns proprietários já manifestaram o interesse em regularizar e recuperar os seus prédios. -----

--- Dada a palavra ao deputado Armando Soares este referiu que pretendia colocar uma questão similar pelo que se considerou a mesma respondida. -----



Handwritten signature in blue ink, possibly 'Carlos', and a small arrow pointing downwards.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues e Armando Soares. O deputado Carlos Rodrigues disse compreender a celeridade do processo, mas atendendo à natureza do cargo recomenda que no futuro dever-se-ia evitar que no júri existissem eleitos locais e o deputado Armando Soares corroborou a proposta do deputado Carlos Rodrigues e lembrou que o júri é designado pela assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, ao que a senhora presidente da autarquia disse que o júri sugerido foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara municipal e não incorre de qualquer ilegalidade. Como não se registaram mais inscrições a proposta foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto sete da ordem de trabalhos, aprovação das tabelas de taxas e licenças e tabela de tarifas do município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveu o deputado municipal Armando Soares, que ao tomar a palavra referiu que continua a não ver uma política de solidariedade, particularmente na ajuda aos jovens que pretendam investir na sua habitação, e acha que a autarquia tem condições para apresentar redução de taxas para os jovens que pretendam residir em Santa Maria. Como não se registaram mais inscrições a proposta foi sujeita à votação sendo a mesma aprovada por maioria, doze votos a favor, dois votos contra e seis abstenções. -----

---No oitavo ponto da ordem de trabalhos, proposta do mapa de pessoal do município de Vila do Porto para o ano de dois mil e vinte quatro, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas como não se registaram quaisquer inscrições, a proposta foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Passou-se ao ponto nove da ordem de trabalhos, proposta para adesão à Associação dos Municípios Portugueses do Vinho, onde foi dada à palavra à senhora presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Barbosa
C

autarquia para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveu o deputado municipal José de Melo que ao tomar a palavra deu os parabéns à autarquia pela iniciativa pois nos últimos anos tem-se verificado, na nossa ilha, a recuperação das vinhas para produção vitivinícola e a referida adesão dá projeção e visibilidade ao esforço que tem sido feito e questionou que outras vantagens. Ao tomar a palavra a presidente da autarquia esclareceu que o custo da adesão foi de mil euros, mas tendo em conta que na ilha é um setor de atividade em ascensão e essa adesão permitirá aos nossos vitivinicultores beneficiarem de formação e participação em feiras. Como não se registaram mais inscrições a proposta foi sujeita à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No décimo ponto da ordem de trabalhos Proposta de autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei nº 8/2021, de 21 de fevereiro, e do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento, mas como não se registaram quaisquer inscrições, a proposta foi sujeita à votação sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No ponto onze da ordem de trabalhos, orçamento e grandes opções do plano e atividades mais relevantes do município de Vila do Porto para o ano financeiro de dois mil e vinte e quatro, foi dada a palavra à senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, e esta ao tomar a palavra apresentou resumidamente os documentos em apreço, destacando as receitas e despesas e alguns investimentos mais relevante, nomeadamente reabilitação de redes de águas, a construção do novo reservatório de água no Aeroporto, a execução de dois furos de águas, reabilitação das escolas do primeiro ciclo, aquisição, construção e reabilitação de construções, a cobertura do complexo desportivo, viação rural e urbana, reabilitação de estradas, reabilitação do edificio multiusos na zona histórica de Vila do Porto e construção do coreto no jardim municipal e ressalvou que as novas regras de projetos candidatáveis a fundos



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

comunitários são mais exigentes e limitativas para os municípios pois os projetos tem que ser previamente adjudicados o que implica que a verba tem que estar totalmente cabimentada. -----

--- De seguida foi aberto um período de inscrições para pedidos de esclarecimento no qual se inscreveram os/as deputados/as Armando Soares, Carmélia Melo, Carlos Rodrigues, José de Melo, Jorge Costa e João Silva. -----

--- Dada a palavra ao deputado Armando Soares este referiu que não consta do orçamento qualquer verba para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda do lugar do Aeroporto e acha estranho por ser uma obrigação da autarquia proceder á elaboração desse plano. Em resposta a presidente da autarquia reconheceu que deveria constar do plano a abertura de rubrica para esse efeito, mas que a câmara não tem capacidade financeira para executar dois planos de gestão territorial em simultâneo e neste momento a prioridade é terminar a revisão do Plano Diretor Municipal que decorrerá durante o próximo ano financeiro. -----

--- Ao tomar a palavra, a deputada Carmélia Melo solicitou esclarecimentos sobre a verba atribuída na delegação de competências à freguesia de Almagreira, pois considera a verba insuficiente, pois é necessário investir em mais mão de obra para corresponder aos compromissos assumidos, ao que a presidente da autarquia retorquiu que os valores incluídos na proposta apresentada foram os valores inicialmente acordados e só depois do envio da proposta é que decorreu a reunião onde foi deliberado a majoração de dez por cento, que será espelhada na revisão do orçamento. -----

--- Em sequência o deputado Armando Soares transmitiu a posição do presidente da junta de freguesia de Vila do Porto que considera que os acordos deveria ser válidos até ao fim da legislatura, ao que a presidente da autarquia disse que este é um documento previsional daquilo que se prevê alocar às ações previstas nas delegações de competências para o próximo ano, que foi feita uma reunião com cada junta de freguesia para estabelecer as ações que serão delegadas e os valores apurados, todas as juntas de freguesia, à exceção da de Vila do Porto, aumentaram os valores a atribuir e não houve redução nos valores a atribuir à junta de freguesia de Vila do Porto. -----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Banks'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Dada a palavra ao deputado Carlos Rodrigues este afirmou que apesar de estar previsto a execução dos furos de água e a construção de um novo tanque de água no Aeroporto e, apesar de haver o cuidado de indicar as vias onde serão feitos os investimentos na área da viação rural e urbana, no entanto verifica-se um decréscimo de cerca de duzentos mil euros, comparativamente ao ano transato. Disse ainda verificar-se que o município continua a ser um município gastador pois as despesas correntes vão aumentando ano após ano e em traços gerais o grupo municipal do Partido Social Democrata não está de acordo com o plano e orçamento apresentados pelo que irão votar contra. -----

--- Dada a palavra ao deputado municipal José de Melo, este ressaltou que o município apresenta um orçamento responsável e equilibrado face às possibilidades do município com uma preocupação na área social sem descorar investimentos, destacando o que está previsto para as escolas do primeiro ciclo e para a casa multiusos, o esforço significativo na recuperação da rede viária e na resolução do problema da falta de água em Santa Maria, e os investimentos nos sectores da habitação e do turismo. -----

--- Ao tomar a palavra o deputado Jorge Costa questionou se o valor cabimentado para o coreto municipal é para um coreto fixo na praça do município ou para um coreto móvel, ao que a presidente da autarquia respondeu que era para um coreto fixo. -----

--- Dada a palavra ao deputado João Silva este considerou ser insuficiente a verba prevista para as intervenções nas escolas do primeiro ciclo e questionou em que situação é que está a revisão da Carta Escolar e o Plano Diretor Municipal, ao que a presidente da autarquia referiu que a Carta Escolar em si está praticamente concluída, mas como esta está associada ao Plano Diretor Municipal será apresentada aquando da conclusão deste, cujo prazo foi prorrogado, e quanto às verbas previstas para as escolas do primeiro ciclo são essencialmente para a resolução dos problemas dos telhados. -----

--- Como não se registaram mais inscrições foram os documentos em apreço sujeitos à votação, sendo os mesmos aprovados por maioria, com onze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e com nove votos contra do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

--- No ponto doze da ordem de trabalhos, plano de pormenor da zona balnear da Praia Formosa – primeira correção material, foi dada a palavra à senhora presidente para algum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que o assunto não carece de aprovação da assembleia municipal, mas sim ter conhecimento do mesmo. -----

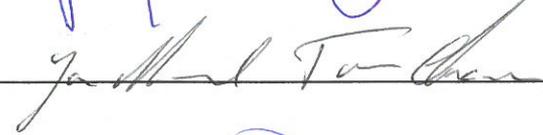
--- No ponto treze da ordem de trabalhos foi dado conhecimento do Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a informação semestral. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----









ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que o assunto não carece de aprovação da assembleia municipal, mas sim ter conhecimento do mesmo. -----

--- No ponto treze da ordem de trabalhos foi dado conhecimento do Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre a informação semestral. -----

--- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----

